

PFL não apóia o exame pelo Congresso

O PFL não apóia, pelo menos agora, que o Congresso Nacional venha a se pronunciar em relação aos acordos internacionais que o Brasil está mantendo com o Fundo Monetário Internacional. Esta é a posição do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, que, ao contrário do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, afirmou que o referendo do Congresso ao acordo com o FMI "pode ser fator de retardamento e de dificuldade da negociação".

— As negociações — explicou — estão em fase adiantada e a discussão parlamentar pode criar obstáculos, embora eu não queira cercear ou subtrair poderes do Legislativo. Entendo, porém, que está havendo continuidade de negociações, que nunca foram discutidas pelo Congresso Nacional.

Segundo Bornhausen, este é um tema que deve ser discutido apenas em termos partidários ficando o conhecimento dos resultados limitado aos líderes. Para ele, o presidente José Sarney vem conduzindo o processo de negociação da dívida de forma firme e correta.

— O PFL — garantiu — vai aprovar a solução adotada. A solução que o presidente José Sarney entender como sendo a que melhor possa atender os interesses da Nação terá o apoio do PFL.

O presidente do PFL disse que por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte deverá ser estabelecida uma regra "realista de participação parlamentar no procedimento de negociações internacionais".

A Frente Liberal começa a deixar claro que não está tão na

frente assim. Afinal, em março do ano passado, a maioria dos parlamentares fundadores do PFL militava pela candidatura do então vice-presidente Aureliano Chaves que não só defendia o resgate das prerrogativas do Congresso Nacional, como também, dizia que iria adotar uma política de endurecimento com o Fundo Monetário Internacional e com os banqueiros internacionais.

Mas hoje o discurso mudou de tom. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves ainda insiste que as suas posições são as mesmas no que refere à negociação com o Fundo e com os banqueiros internacionais. Na prática, seus corregilhões ainda temem que o Congresso não tenha juízo suficiente para aprovar um acordo entre o Governo brasileiro e o FMI.